

Aprovada na 837ª sessão

ALADI/CR/Ata 835
4 de junho de 2003
Horas: de 10h10m a 11h30m

ATA DA 835ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração da Ata correspondente à 834ª Sessão.
 4. Organização do Oitavo Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração (ALAD/SEC/dt 455.1).
 5. Apresentação do documento "La brecha digital y sus repercusiones en los países miembros de la ALADI" (A Brecha Digital e suas Repercussões nos Países-Membros da ALADI) (Versão preliminar) (ALADI/ SEC/Estudo 157).
 6. Relatório da II Reunião do GTE – Enquadramentos Normativos de Mercados Energéticos Regionais da IIRSA e da 5ª Conferência Ibero-Americana de Logística.
 7. Assuntos Diversos.
-

Preside:

ARMANDO LOAIZA MARIACA

Assistem: Juan Carlos Olima, Jorge Alberto Ruiz, Margarita Polverini e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Armando Loaiza Mariaca e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, Haroldo de Macedo Ribeiro, Otávio Brandelli e Maria Elisa Rabello Maia (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda e Axel Cabrera (Chile), Claudia Turbay Quintero e María Claudia Garavito Triana (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Julio Prado Espinosa (Equador), Jesús Puente Leyva e César Manuel Remis Santos (México), José María Casal, Teresa Aurora Narvaja, Nancy Doria de Guggiani e Luis Alfonso Copari (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Eric Anderson Machado, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Julio Giambruno, Miguel Pereira e Mariella Crosta (Uruguai), Nancy Unda de González e Magdalena Simone (Venezuela), e Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE: Está aberta a sessão. Damos início à 835ª Sessão, Ordinária, do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Temos, para consideração, um projeto de Ordem do Dia, que devemos estudar e aprovar para seguir a reunião. Portanto, solicito façam as observações que considerarem pertinentes à Ordem do Dia. Se não houver observações, podemos iniciar seu tratamento.

2. Assuntos em Pauta

O ponto 2 da Ordem do Dia são os Assuntos em Pauta. Ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Muito obrigado, senhor Presidente.

Os assuntos em pauta estão no documento que foi entregue oportunamente às Representações Permanentes e faz parte da presente Ata.

“1. Representação Permanente do Peru. Nota N° 7-5-Z/31, de 30.V.03.

Comunica que o senhor Ministro Eric Anderson Machado foi designado Representante Alternativo a partir de 2.VI.2003.

2. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 69, de 12.V.2003.

Comunica a entrada em vigor do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 53, assinado entre o Brasil e o México.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1524.2.

3. Representação Permanente do México. Nota N° 81/03, de 13.V.2003.

Notifica que foram cumpridos os requisitos para a entrada em vigor do Acordo de Complementação Econômica N° 54, assinado entre o México e Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Estados-Parte do MERCOSUL.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1575.1.

4. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 251, de 26/05/2003.

Comunica a entrada em vigor do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 57, assinado entre a Argentina e o Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1610.1.

5. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 272, de 29/05/03.

Comunica a entrada em vigor do Vigésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial N° 13, correspondente ao Setor da Indústria Fonográfica, assinado entre a Venezuela e o Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1618.

6. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 285, de 29/05/03.

Comunica a entrada em vigor do Trigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial N° 5, correspondente ao Setor da Indústria Química, assinado entre a Venezuela e o Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1619.

7. Contribuições recebidas ao orçamento da Associação:

Argentina: Envia cheque de US\$ 125.000 para saldar parcialmente o exercício 2001.

Peru: Depósito bancário de US\$ 41.130.66 para saldar a contribuição correspondente ao ano 1995.

8. Convites recebidos:

Delegação Permanente do Brasil. FAX de 23/5/03.

Anexa convite ao senhor Secretário-Geral, do Ministério das Relações Exteriores, para participar do "Fórum Brasil-Africa: Política, Cooperação e Comércio", que terá lugar em Fortaleza, em 9-10.VI.2003.

A Cátedra Andrés Bello (Argentina) e o CIDAM convidam o senhor Secretário-Geral para ministrar uma palestra no "Seminário Integração e Cooperação Atlântico-Pacífico", que terá lugar na cidade de Rosário, República Argentina, em 13.VI.2003."

Cabe salientar, primeiro, a nota recebida da Representação Permanente do Peru, pela qual informa a designação do senhor Ministro Eric Anderson Machado para Representante Alternativo, que assumiu suas funções na segunda-feira passada. Damos cordiais boas-vindas a Eric, a quem tivemos oportunidade de conhecer recentemente em Cusco e desejamos-lhe muito sucesso. Seu antecessor, Carlos Vallejo, também presente nesta Sala, será despedido em data a ser oportunamente determinada.

Desejamos muito sucesso a Eric Anderson e esperamos que nesta nova etapa de sua atuação profissional faça uma contribuição muito importante para as tarefas da Associação, que neste momento está enfrentando uma situação bastante interessante.

Por outro lado, senhor Presidente, cabe destacar as contribuições ao orçamento feitas pelas Repúblicas da Argentina, no valor de US\$ 125.000 dólares, e do Peru, no valor de US\$ 41.130, 66. Agradecemos muito a ambas as Representações pelas gestões realizadas junto a seus respectivos governos para cumprir as obrigações contraídas com a Associação.

Senhor Presidente, vale ainda destacar que recebemos três convites, o primeiro deles, para participar de um fórum na cidade de Fortaleza, nos dias próximos 9 e 10, sobre as relações entre o Brasil e a África, nos temas políticos de cooperação e de comércio.

Fomos convidados para ministrar uma palestra no seminário sobre integração e cooperação Atlântico-Pacífico, que terá lugar na próxima sexta-feira, dia 13, na cidade de Rosário, Província de Santa Fé, Argentina, com o auspício da Cátedra Andrés Bello. Vale lembrar que vamos realizar o seminário jurídico no transcurso do terceiro trimestre deste ano em conjunto com esse Instituto e com essa Cátedra e estamos apoiando a realização desse evento. Aliás, isso já fora acordado em um Convênio de Cooperação assinado oportunamente.

Outrossim, senhor Presidente, após a publicação dos assuntos em pauta, recebemos uma nota, com data 2 de junho, convidando-nos para participar de uma reunião informal, que está auspiciando a atual Secretaria *Pro Tempore* do Grupo do Rio, na cidade de Santiago do Chile, coincidente com a Assembléia-Geral da OEA, Assembléia da qual, conforme a rotina que temos estabelecida, a Secretaria-Geral não participa, pois os temas tratados nesse tipo de eventos são alheios às ações da Associação.

Porém, isto nos obrigou a pensar como atender também este compromisso na cidade de Santiago, já que lá vai definir-se a forma de trabalho das Secretarias da CEPAL, do SELA e da nossa, para apoiar as tarefas da Secretaria *Pro Tempore* do Grupo do Rio, conforme a encomenda que nos foi feita na última reunião e sobre a qual vou falar na última parte desta reunião do Comitê de Representantes.

Por outro lado, corresponde assinalar também que, após a publicação do documento dos Assuntos em Pauta, recebemos, por um lado, uma nota remetida pelo senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e, por outro, do também Secretário das Relações Exteriores do México, respondendo as notas que oportunamente lhes enviamos, com relação à situação financeira da Associação.

No caso particular do Chanceler Amorim, destaca a importância da ALADI como foro para o desenvolvimento das atividades de integração na América Latina e a prioridade que o governo de seu país concede a este tipo de ações dentro de sua política exterior. No mesmo sentido, na nota do Secretário das Relações Exteriores do México, o Chanceler Luis Ernesto Derbez Bautista, destaca-se a importância de continuar apoiando as ações da Associação. Em ambos os casos, isso se refletiu no pagamento que ambos os países fizeram.

Finalmente, senhor Presidente, hoje, por ocasião da visita que nos está realizando o senhor Secretário-Executivo e Presidente-Executivo da Comunidade de Estados Independentes, vamos assinar um Acordo de Cooperação para o intercâmbio de informação sobre os processos que estão sendo realizados.

Em visita que recebemos ontem, do senhor Secretário-Executivo, soubemos que estão fazendo algo muito parecido ao que hoje está acontecendo na Associação, tratando de juntar o quebra-cabeças dos acordos bilaterais em um processo multilateral, além da ação política, em que a ação econômica da CEI tem uma importância transcendental e absorve o maior tempo de sua atividade.

Em todo caso, teremos oportunidade de ouvi-lo hoje ao meio-dia. Considero que é um processo colocado em outra dimensão, mas muito parecido ao que nós vivemos. Enquanto nós enfrentamos o desafio da ALCA, eles enfrentam o da União Européia, além de o de ingressar à OMC, com o que, pode se dizer, é um processo muito similar ao que nós vivemos.

Finalmente, senhor Presidente, amanhã assinaremos um Acordo com a Bolsa de Comércio e a Câmara de Exportadores de Rosário, para realizar uma série de ações e projetos de cooperação de interesse mútuo para as duas organizações e, sobretudo, o intercâmbio de informação comercial que, neste caso, tem papel de transcendental importância para as duas instituições.

É tudo, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Agradeço muito especialmente ao Secretário-Geral pela ampla informação que nos ofereceu ao descrever o conjunto de convites que afortunadamente recebe a Secretaria.

Manifesto também meu contentamento e dou as boas-vindas ao senhor Ministro Eric Anderson Representante, Alternado do Peru.

Ofereço a palavra à Representação da Argentina, que parece querer referir-se a algum dos temas descritos pelo senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, senhor Presidente.

Após agradecer à Secretaria, notamos que há uma espécie de superposição em dois dos convites feitos ao Secretário, um vincula-se ao tema Brasil – África e o outro à possível coordenação das tarefas que nos encomendou na última reunião de Cusco o Grupo do Rio.

Obviamente, minha intervenção é para destacar a importância deste convite a Santiago de Chile. Considero que devemos privilegiar, antes que qualquer outra circunstância, a presença do Secretário-Geral nesses âmbitos. A designação da ALADI como instrumento

de acompanhamento e colaboração com Grupo do Rio é da mais alta repercussão política e devemos dar os sinais correspondentes de que assim o valorizamos.

Eu, francamente, como disse o Secretário, que tem que ver como coordena essas responsabilidades, acredito que aqui temos que determinar claramente nossas prioridades nesta matéria e tenho certeza de que é prioritário reforçar o trabalho da ALADI no âmbito do Grupo do Rio. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Eu que agradeço, senhor Embaixador. Ofereço a palavra ao senhor Embaixador de Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda): Obrigado, Presidente.

Eu também gostaria de referir-me ao assinalado por meu colega da Argentina, com respeito a esse convite formal que, além do mais, está assinado em um documento do Grupo do Rio, para que a ALADI, junto com outros organismos regionais, seja um ator importante no apoio à Secretaria *Pro Tempore* no acompanhamento dos Acordos adotados pelo Grupo do Rio.

Acredito que esse tema, tal como disse meu colega, é da maior significação política. Apresenta à ALADI o desafio de responder a essa confiança política do Grupo do Rio para contribuir, da perspectiva que certamente corresponde à ALADI, que é a de um organismo de integração econômica e comercial, cumprindo os Acordos e, como diz o documento, as diretrizes do Grupo do Rio. Eu também gostaria de salientar isto, unindo-me a essa manifestação de priorização deste tema por parte da ALADI e por parte da Secretaria. É muito importante que o Secretário participe da reunião para a qual foi convocado, que terá lugar em Santiago do Chile.

Eu gostaria de assinalar, ainda, que sentimos grande satisfação de que isso tenha ocorrido e, além do mais, de agradecer a meu colega, o Embaixador de Peru, porque entendo que ele, junto com sua Chancelaria, teve uma participação muito direta para que a ALADI estivesse presente, em primeiro lugar em Cusco e em segundo lugar, para que a ALADI pudesse integrar o grupo de apoio à Secretaria *Pro Tempore*. É preciso destacar isto, reconhecê-lo e, ainda, parabenizar esses atores importantes nessa decisão. Depois, quanto a nós, a Secretaria vai contar com toda a colaboração que seja necessária para cumpri-lo.

PRESIDENTE: Obrigado, senhor Representante do Chile.

Como já foi destacado pelo Secretário-Geral e pelos dois Representantes que acabam de fazer uso da palavra, eu estimo que o mandato de Cusco é muito claro quanto à participação da Secretaria-Geral com uma contribuição substancial para toda a temática de integração, que foi definida na última reunião do Grupo do Rio.

Tem a palavra a Representação de Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal): Obrigado, senhor Presidente.

Da mesma forma que meus dois colegas que me precederam na palavra, entendemos a importância de participar desse foro. Parabenizamos, também, ao Embaixador do Peru pelas gestões realizadas.

Quanto ao convite feito pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, nós gostaríamos de propor, que se existirem os recursos necessários, também participemos com os excelentes especialistas que tem a Secretaria neste campo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado por suas apreciações, senhor Embaixador, tomamos nota e a Secretaria levará em conta essas importantes contribuições sobre como organizar sua participação em todas as importantes reuniões para as quais foi convidada.

Se não houver mais pedidos para fazer uso da palavra, passaremos ao próximo ponto.

3. Consideração da Ata correspondente à 834ª Sessão

O terceiro ponto é a aprovação da Ata correspondente à 834ª Sessão do Comitê de Representantes.

Colocamos a sua consideração o documento que os senhores têm sobre a mesa. Se não há observações dá-se por aprovado.

4. Organização do Oitavo Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração (ALADI/SEC/dt 455.1)

Vamos ao quarto ponto de nossa Ordem do Dia, que é a Organização do Oitavo Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração, tema que foi tratado na Sessão anterior e para o qual devemos considerar uma informação que fora solicitada à Secretaria para definir os alcances dessa reunião, deste seminário tão importante que se realizaria na cidade de Rosário, República Argentina.

Tem a palavra a Secretaria.

SECRETARIA (Magdalena Pereira): Obrigada, senhor Presidente.

Para continuar com a organização do Oitavo Seminário Jurídico, a Secretaria elaborou o projeto de termos de referência para a consideração do Comitê de Representantes. Efetivamente, esses termos de referência incluem os antecedentes da organização, os objetivos do seminário, bem como o temário, levando em conta as observações feitas pelas Representações na reunião passada do Comitê e pelos participantes, especificando o lugar e a data do evento. Então, esses seriam os elementos constantes dos termos de referência. Obrigada.

PRESIDENTE: Graças ao esforço da Secretaria, contamos com um documento, o 455.1, no qual a Secretaria nos descreve os termos de referência, alcances e conteúdos que teria este importante evento que trataria da jurisdição e da solução de controvérsias na integração regional.

Se as Representações considerarem necessário qualquer comentário, apreciação ou valoração deste tema relativo ao Seminário Jurídico da Integração, eu gostaria de ouvi-lo. Se não há observações, consideramos suficientemente ampla e completa a informação oferecido pela Secretaria e podemos passar ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

5. Apresentação do documento "La brecha digital y sus repercusiones en los países miembros de la ALADI" (Versão preliminar) (ALADI/SEC/Estudo 157).

O quinto ponto é a apresentação do documento "La brecha digital y sus repercusiones en los países miembros de la ALADI", disponível como Estudo 157 da Secretaria. Para tanto, ofereço a palavra ao Secretário-Geral Adjunto, Leonardo Mejía.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo Mejía): Obrigado, senhor Presidente.

Senhoras e senhores Representantes, o Estudo “La brecha digital y sus repercusiones en los países miembros de la ALADI” foi preparado pela Secretaria-Geral, conforme previsto na Atividade V-32 do Programa de Atividades da Associação correspondente ao ano 2002.

O Estudo define a brecha digital “como a distância tecnológica entre indivíduos, famílias, empresas e áreas geográficas em suas oportunidades de acesso à informação, às tecnologias da comunicação e ao uso da Internet para um amplo número de atividades. Essa brecha digital se produz entre países e no interior das nações; dentro delas há brechas regionais, brechas entre camadas ou grupos sociais da população, entre empresas e setores da atividade econômica”.

A partir desta definição, sustenta-se nesse Estudo que em sua geração confluem inúmeros fatores, como o nível de renda e sua distribuição, o desenvolvimento tecnológico, a infra-estrutura, o nível de educação, a distribuição espacial da população e o custo do acesso à Internet em cada país.

Além de realizar algumas considerações sobre a relação entre tecnologias da informação e das comunicações e o crescimento do produto e da produtividade, bem como sobre a porcentagem do PIB que os países da região destinam à tecnologia, o Estudo analisa a situação e a evolução da tecnologia na região por meio de três indicadores: criação, uso e absorção de tecnologia, indicadores que foram estabelecidos pelas Nações Unidas, pelo Foro Econômico Mundial e pela Câmara de Comércio de Santiago do Chile.

Considerando que, no atual estágio de desenvolvimento tecnológico da rede, a insuficiência de infra-estrutura aparece como uma causa inicial da brecha digital, o Estudo parte da identificação das variáveis relevantes de infra-estrutura (linhas telefônicas e computadores) para sua quantificação, à qual acrescenta a variável de usuários da Internet. Além disso, no Estudo são apresentadas algumas considerações sobre o papel da renda e sua distribuição, o número de usuários por máquina, o custo do acesso e a incidência que têm esses fatores na brecha digital.

Nesse contexto, o Estudo apresenta uma quantificação da brecha digital da região a partir de três pontos de vista. A brecha digital simples, entendida como a distância que separa o conjunto dos países da Associação dos da OCDE, no que respeita ao acesso à Internet, à penetração telefônica e ao uso de computadores. Se tomarmos como base 100 para a OCDE, os países da ALADI estariam 43,8 pontos percentuais abaixo no que diz respeito à penetração da Internet, 75,4 pontos percentuais quanto à telefonia, e 31,1 pontos percentuais quanto aos computadores.

A segunda medição corresponde ao que denominamos a brecha digital pura, entendida como a distância que separa o nível efetivo de difusão e uso das tecnologias da informação e das comunicações nos países da ALADI em relação ao que deveriam ter alcançado em telefonia, computadores e acesso a Internet, de acordo com seus níveis de renda ajustados pelo poder de compra. Este indicador é o que realmente permite conhecer os esforços realizados em cada um dos países para aproveitar as novas tecnologias. Quanto a usuários da Internet, sete dos países da Associação teriam superado esta brecha, com certeza, em quantidades bastante diferentes entre si, seis dos países teriam atingido níveis superiores ao esperado de acordo com seu nível de renda em matéria de telefonia, e nove teriam superado a brecha digital para computadores.

A terceira dimensão é a que denominamos a brecha digital ao quadrante alfa, é a distância que resta aos países percorrer para alcançar o nível de difusão e uso das tecnologias de um hipotético país que tivesse uma renda *per capita*, ajustada pelo nível de preços, de US\$ 15.000. Com esse nível de renda – que corresponderia ao de um país de economia emergente – calculou-se que o nível de penetração de telefonia com 84,6 linhas por cada 100 habitantes, densidade de computadores de 15,4 por cada 100 habitantes, a penetração da Internet deveria alcançar 15,3% da população.

Com esses indicadores/meta analisou-se o que acontecia em cada país da Associação, concluindo que apenas um dos 12 países teria superado a brecha digital de usuários ao quadrante alfa e que nenhum teria superado a brecha de densidade telefônica nem a do uso de computadores.

Esse exercício deve ser entendido como uma meta a ser alcançada pelos países da Associação, e a distância ao quadrante alfa seria uma quantificação do caminho que devem percorrer para alcançar essa meta.

No Estudo analisa-se, ainda, o comportamento da brecha digital pura e ao quadrante alfa de cada um dos países da Associação, realiza-se um perfil dos usuários da Internet, identificam-se algumas das possíveis causas da brecha digital, e relacionam-se os principais esforços para desenvolver a Sociedade da Informação e atenuar a brecha digital. Outrossim, nos casos para os quais se dispôs de informação, realizou-se uma análise qualitativa das empresas conectadas à Internet.

Como é usual, o Estudo contém, também, um conjunto de recomendações para atenuar a brecha digital, estruturadas considerando as funções específicas da Associação e com um alto sentido de pragmatismo:

- Conectividade e acesso: neste campo recomenda-se um conjunto de ações para garantir o acesso da população da região às tecnologias da informação, para a redução de custos e da dependência da interconexão regional, e para a redução da brecha digital social, bem como sugerem-se medidas para incentivar o investimento em tecnologias da informação e das comunicações.

- Informação: recomenda-se a realização de trabalhos estatísticos que mostrem dados periódicos e estandardizados com os quais se avaliaria o resultado dos esforços dos países e de suas comunidades para reduzir a brecha digital bem como respaldar a criação de políticas por parte dos agentes públicos, a concentração e distribuição, por parte da ALADI, da informação referente a indicadores-chave para a medição da brecha digital, bem como a incorporação de perguntas relacionadas com as tecnologia da informação e sua utilização nos censos nacionais e nas diversas pesquisas e mostras periódicas.

- Educação: para o aproveitamento das novas tecnologias recomenda-se a criação e implementação de mecanismos de reflexão e elaboração conceitual sobre o impacto da revolução tecnológica no desenvolvimento dos países, voltadas fundamentalmente para aqueles que tomam decisões do setor público, bem como a difusão do uso das TICs no ensino e entre os habitantes dos diferentes territórios mediante a ação estatal, o incentivo de seu uso na gestão da administração governamental, o impulso das políticas de interação entre os centros de pesquisa tecnológica, universidades e setor privado, que visem a que a tecnologia permeie as micro, pequenas e médias empresas.

- Desenvolvimento de mecanismos que visem o fortalecimento das empresas de tecnologia na região: sugere-se impulsionar as indústrias de conteúdos não apenas com o

propósito de gerar fontes de trabalho e economizar divisas, mas também, e fundamentalmente, para preservar os valores culturais da região. Sugere-se, ainda, o desenvolvimento do setor de aplicativos e, fundamentalmente, da indústria do *software*.

- Participação dos países da Associação em foros e organismos internacionais especializados na Internet e ações de cooperação entre eles. A esse respeito, o Estudo recomenda a constituição de um Foro Regional de Desenvolvimento da Sociedade da Informação, que teria como propósito ou que convocaria fundamentalmente os responsáveis pelas políticas da Sociedade da Informação e pelas políticas de desenvolvimento em cada país para analisar temas como acesso à Internet, normas, administração eletrônica, comercialização de conteúdos, políticas de inserção das PMEs no comércio eletrônico, utilização da rede para aspectos sociais, tais como saúde, educação, cultura, etc. Sugere-se, também, o desenvolvimento de um Observatório Regional para a Sociedade da Informação e o Comércio Eletrônico, bem como ações para a convergência normativa. Este último é um fator fundamental, no qual a ALADI poderia ter um papel de extraordinária importância, voltado, fundamentalmente, para a convergência das normas que estão sendo adotadas nos países nesta matéria. Recomenda-se, ainda, a realização de ações que permitam o desenvolvimento de conteúdos mediante o aproveitamento das experiências regionais, possibilitando uma maior complementação entre os países e economia de divisas, a convocatória de um Foro Regional para o desenvolvimento de Redes do Conhecimento, no qual teriam participação ativa universidades, institutos tecnológicos de pesquisa, etc. e, fundamentalmente, recomenda-se a busca de consensos básicos em temas da Sociedade da Informação, a fim de coordenar a posição da região nos foros onde seja tratado este tema.

Finalmente, cabe informar que o documento contém três anexos. O primeiro, relativo à metodologia para o cálculo da brecha digital pura, o segundo, à renda *per capita* em valores correntes e ajustados pelo poder de compra, e o terceiro, referente à relação entre brecha digital e sociedade da informação.

Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Eu que agradeço, senhor Secretário-Geral Adjunto, pelo importante relatório que nos apresentou sobre este tema especialmente relevante sobre a brecha digital e os processos informáticos no comércio em nossa região.

Talvez alguma das Representações queira fazer uso da palavra. Ofereço a palavra ao senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal): Obrigado, Presidente.

Sempre é interessante poder expressar-se nestes termos, sem entrar na consideração técnica do documento, porque nós, antes de um leitor qualificado, da parte técnica, somos apenas um leitor interessado.

Gostaríamos de parabenizar a Secretaria por esse trabalho, que é um desafio enorme e que, certamente, terá uma grande dinâmica, porque focaliza temas de pesquisa inédita; pelo menos no que tange à medição de impacto, eu não conheço outros antecedentes em edições deste tipo em outras áreas.

É isso, Presidente, que nos leva a parabenizar a Secretaria, congratularmo-nos por termos abordado um tema que é e será, certamente, muito importante para nossos países e, também, de passagem, parabenizar nosso amigo Héctor Casanueva pelo impulso que

sempre deu a esse tema. Presidente, entendemos esse documento como algo dinâmico, com o qual teremos de trabalhar muito e, certamente, colocar muitas das inquietações que vêm de nossos países. Estamos dispostos a fazê-lo, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado, senhor Representante do Paraguai. Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández): Muito obrigado, senhor Presidente.

Uno-me às expressões de felicitações do Embaixador do Paraguai, nós também queríamos expressar isso, porque, indiscutivelmente, trata-se de um Estudo e de um trabalho sobre um tema novo, de um alcance e importância transcendental para o desenvolvimento de nossos países que, na prática, nos âmbitos regional e internacional está sendo pioneiro.

Nós enviamos esta versão preliminar a nossa capital e, inclusive, apresentamos à Secretaria alguns comentários e dados atualizados sobre a situação do tema em Cuba, com vistas a enriquecê-lo e atualizá-lo. Consideramos que, com este trabalho, indubitavelmente serão estabelecidas algumas bases no âmbito internacional.

Reitero nossos parabéns aos funcionários da Secretaria por este trabalho e uno-me, também, às congratulações ao Embaixador de Chile que, sem dúvida, impulsionou esses assuntos dentro do Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Tem a palavra a Delegação do Brasil e, depois, a Representação do Chile.

Delegação do Brasil (Bernardo Pericás Neto): Obrigado, senhor Presidente.

Simplesmente para unir-me a meus colegas do Paraguai e de Cuba e para manifestar quão interessante e importante consideramos este documento, que é, como já disse o Embaixador Casal, uma total novidade, inclusive, porque acredito que é o primeiro documento colorido que recebemos, é um avanço importante, que demonstra que a ALADI também está progredindo em informática.

Este documento, sem dúvida será analisado por nossos governos e representará um insumo extremamente importante aos trabalhos do Comitê que preside o Embaixador Casanueva e nós, como os demais, estamos prontos para participar de sua discussão e eventual aperfeiçoamento, que acredito será uma parte muito expressiva desta organização para a discussão deste tema em todos os foros. Obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado, Embaixador do Brasil.

Antes de dar a palavra à distinta Representação do Chile, sugeriria que, dada a relevância do relatório e para que tenha um tratamento congruente com essa importância, solicitemos ao Grupo de Trabalho do Comitê sobre comércio eletrônico, presidido pelo Chile, que o analise e que, em seu âmbito, sejam formuladas as recomendações que levem a sua plena aplicação ou desenvolvimento.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda): Obrigado, Presidente.

Eu gostaria, com certeza, de agradecer as palavras de meus distintos colegas para com esta Representação, mas, francamente, gostaria de dizer, também, que é muito importante destacar o trabalho realizado pelos técnicos, pelos consultores que desenvolveram este trabalho tão original, interessante e pioneiro, diria eu, pela forma como foi focalizado. Gostaria, ainda, de agradecer a Leonardo pela coordenação deste trabalho e mencionar especialmente o professor Petrissans, que está aqui presente, que foi um dos técnicos, e um técnico relevante, no acompanhamento deste tema, desde que a ALADI assumiu seu tratamento, e no próprio estudo que, certamente, teremos de considerar de forma exaustiva, tanto nós como os que estão em nossas capitais.

Certamente, já no relatório apresentado pelo Secretário-Geral Adjunto visualiza-se uma linha muito interessante de análise, a introdução de uma nova metodologia, de um novo conceito, que permite ter um referente ideal, ajustado às características do que poderiam ser nossos países: o da brecha digital ao quadrante alfa e, ao mesmo tempo, umas recomendações bastante congruentes e coincidentes com as decisões que a esse respeito foram tomadas por este Comitê e pelo Conselho de Ministros.

Eu gostaria de sugerir a meus colegas, ainda que apoiando as palavras do Presidente, de que este documento seja analisado e tratado no Grupo de Trabalho, que desta vez, e por se tratar de um documento desta envergadura e com este nível de originalidade, que o consideremos no âmbito do Comitê ou entre os Chefes de Representação, que recebamos uma apresentação técnica do professor Petrissans, porque há muitos elementos aqui dos quais, provavelmente meus colegas compartilhem meu sentimento, precisaríamos nos fosse oferecida uma explicação mais exaustiva do ponto de vista técnico para, por sua vez, nós podermos explicar bem este tema a nossos interlocutores, como, por exemplo, a forma como se determina a brecha digital pura ou a forma como se determina o conceito da brecha digital ao quadrante alfa, e, ao mesmo tempo, ter a oportunidade, entre nós, com o técnico disponível ou com os técnicos da própria Secretaria, de discutir ou de analisar ou consultar algumas coisas que surjam deste documento e, inclusive, compartilhar entre nós pontos de vista quanto às recomendações feitas aqui.

De tal modo, que eu sugeriria, Presidente, se fosse possível, que fosse convocada uma sessão especial deste Comitê ou de Chefes de Representação, para receber uma apresentação técnica exaustiva deste documento e poder, ao mesmo tempo, analisá-lo, o que poderá ser feito em umas duas ou três semanas mais, de forma que tenhamos podido internamente, em cada Representação, ler, analisar e discutir este documento e, portanto, que esta sessão que estou propondo seja produtiva para todos.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Nós que agradecemos, pois, o senhor, ao mesmo tempo que destacou a importância deste documento, sugeriu que o mesmo, além de ser tratado no Grupo de Trabalho respectivo, seja antes considerado neste Comitê de Representantes, em uma apresentação oficial técnica. Nesse sentido, eu perguntaria a Secretaria se é possível organizar em tempo e forma essa apresentação.

A Secretaria me indica que não haveria problema na organização de uma apresentação especial deste documento sobre a brecha digital e ela nos informará com suficiente antecedência a data e as características da apresentação.

Então, se não houver alguma outra consideração sobre este tema, passaríamos ao seguinte ponto.

6. Relatório da II Reunião do GTE – Enquadramentos Normativos de Mercados Energéticos Regionais da IIRSA e da 5ª Conferência Ibero-Americana de Logística

O ponto 6 de nosso temário é o Relatório da II Reunião do GTE - Enquadramentos Normativos de Mercados Energéticos Regionais da IIRSA e da 5ª Conferência Ibero-Americana de Logística, sobre o qual também a Secretaria vai nos oferecer um informe sucinto, para o que passo-lhe a palavra.

SECRETARIA (Hugo Luraschi): Obrigado, senhor Presidente.

Bom dia. Tentando ser o mais breves e claros possível, vamos respaldar nossa intervenção com apresentações de *Powerpoint*.

Em primeiro lugar, vamos apresentar um relatório dos aspectos mais destacáveis da Segunda Reunião do Grupo de Trabalho Especializado em Enquadramentos Normativos de Mercados Energéticos Regionais, que funciona no âmbito da Iniciativa para a Integração Regional da Infra-Estrutura Sul-Americana. Além do tema que trata, este é o único grupo de trabalho até o momento que está realizando suas sessões no âmbito da IIRSA, porque assim o dispôs o Comitê Técnico Executivo, outorgando prioridade ao tema e a sua consideração.

Sua segunda reunião de trabalho realizou-se, como estava explicando, na sede da Comunidade Andina de Nações, na cidade de Lima, no dia 29 de abril próximo passado. Essa reunião teve o objetivo fundamental de analisar a elaboração de um programa de trabalho para este grupo técnico e, em uma etapa posterior, já mais ambiciosa, aprovar esse Programa de Trabalho, o que se tentou realizar na mesma reunião.

Os aspectos que merecem ser levados em conta são:

- Em primeiro lugar, estiveram presentes sete dos doze países que integram a IIRSA. Não devemos esquecer que a Iniciativa (IIRSA) é formada pelos dez países da América do Sul que integram a ALADI, acrescidos da Guiana e do Suriname. Três dos cinco países ausentes mandaram notas de apoio à instância e justificaram sua ausência por falta de recursos, não por falta de interesse do tema tratado. Também estiveram presentes na reunião, é claro, esta Secretaria-Geral, a Comunidade Andina de Nações, a CEPAL e a OLADE, bem como a ARPEL e a CIER, que são duas entidades regionais empresariais, uma dedicada à comercialização de gás e petróleo e a outra, à comercialização de energia elétrica.

- Em segundo lugar, o desenvolvimento da reunião: inicialmente focalizaram-se uma série de apresentações na primeira etapa, nas quais a Coordenação, neste caso o engenheiro Juan José Taccone, do BID, fez apresentações primeiro sobre o estado das negociações realizadas até esse momento em matéria de recursos energéticos no âmbito da IIRSA, e depois, sobre os mandatos que tinham dos Ministros. A seguir realizou-se uma segunda apresentação, em que o Comitê de Coordenação apresentou uma série de sugestões por meio de um trabalho realizado pelo Comitê. Finalmente, solicitou-se a apresentação que a ALADI tinha previsto para essa oportunidade.

- Em terceiro lugar, a apresentação feita pela Secretaria-Geral nesta reunião, que sublinhou, fundamentalmente, a convergência das ações gerais ou parciais como um mecanismo idôneo para a obtenção da multilateralização, enfatizou os princípios do processo de convergência, ilustrou as funções que cumprem esses princípios e, por último,

apresentou uma relação dos Acordos de Alcance Parcial vigentes e aplicáveis em matéria de comercialização de recursos energéticos entre os países-membros.

Fundamentalmente, a apresentação da Secretaria-Geral teve como objetivo central deixar bem claro que o Tratado de Montevideu 1980 é um enquadramento jurídico institucional vigente e moderno, cujas flexibilidade e eficácia permitem contemplar as ações e objetivos da IIRSA e de seus grupos técnicos. Isso por ter sido assim solicitado pelo Comitê-Executivo da IIRSA.

- Em quarto lugar, a própria instância deliberativa da reunião. Houve três pontos centrais nos quais se focalizaram os intercâmbios de idéias. O primeiro, analisou se todas as tentativas de harmonização e de integração na área energética da região deveriam ser canalizadas de forma bilateral ou multilateral, cujo debate foi muito interessante; o segundo, se essas tentativas de harmonização e integração em matéria de recursos energéticos deveriam ou não contemplar as crises econômicas às quais a região está exposta; e o terceiro, se todas as ações de integração na matéria deveriam ou não contemplar os aspectos comerciais da mesma.

Fazendo uma breve referência sobre cada um deles, depois dos intercâmbios de idéias em matéria de bilateralidade e multilateralização, o Grupo técnico, assim que o programa de trabalho seja aprovado, vai solicitar à ALADI a elaboração de um Estudo sobre o nível de compatibilidade dos acordos bilaterais regionais vigentes em matéria energética e sugestões para um projeto de acordo regional que contenha e consagre os principais lineamentos de desenvolvimento.

Quanto ao resultado da discussão, a iniciativa para a contemplação das crises econômicas foi impulsionada desde o início pela Representação da República Argentina. Após apresentar várias experiências, que esse país vivenciou na matéria, a Representação Argentina enfatizou a necessidade de criar um mecanismo que contemplasse essa contingência e, por consenso, conseguiu introduzi-la no Programa de Trabalho.

Então, a instância de maior intercâmbio de opiniões focalizou a análise das tentativas de harmonização e integração a fim de verificar se elas deveriam ou não contemplar os aspectos meramente comerciais dos intercâmbios de recursos energéticos. Esse tema ficou para ser definido, pois é um dos temas, eu não diria difícil, mas com mais posições antagônicas; houve opiniões que focalizaram o objetivo principal da IIRSA como a construção de obras de infra-estruturas, outras opiniões de que a construção de obras de infra-estrutura em matéria de recursos energéticos estavam diretamente ligadas aos aspectos comerciais do intercâmbio e que esses aspectos eram os que priorizavam verdadeiramente a realização das obras. Esse é, ainda, um aspecto a ser definido.

A instância deliberativa encerrou-se já avançada a tarde, com um compromisso assumido pela Secretaria da IIRSA de elaborar e divulgar um projeto de programa "etapabilizado" de trabalho para esse grupo e esse projeto, que logicamente vai conter as conclusões e contribuições da reunião.

Por último, na sessão de encerramento, além de agradecer à Comunidade Andina de Nações por ter oferecido sua sede e dado todo o apoio, e às organizações internacionais por sua presença, o Comitê de Coordenação estabeleceu que a próxima reunião Ministerial da IIRSA será na cidade de Caracas, nos dias 1 e 2 de julho do presente ano.

Isso é tudo, no que diz respeito à reunião do grupo técnico de IIRSA.

Passando agora ao tema da participação da Secretaria-Geral na Quinta Conferência Ibero-Americana de Logística, que contou com uma instância realizada de 13 a 15 de maio do presente ano em Porto de Veracruz, no México, e outra paralela, a Segunda Semana do Porto de Veracruz, no *World Trade Center* dessa cidade.

Contou com a presença de 1103 operadores logísticos e acadêmicos, que representavam 19 países da América do Sul e da América Central e a forma de funcionamento da Conferência baseou-se em um sistema de apresentações em painéis e discussões.

O objetivo central da Conferência era formalizar a logística colaborativa, isto é, aquele mecanismo de gestão que otimiza o rendimento produtivo dos recursos disponíveis mediante a implementação de uma atitude de contínua colaboração em um mercado de franca competição.

Os que impulsionaram esta Conferência e este tema entendem que, fora as instâncias de colaboração que ocorram entre entidades governamentais e entre essas e operadores privados, também deveria ser introduzido como um mecanismo que busque a eficiência, a colaboração franca entre os operadores privados.

O desenvolvimento da Conferência, como já disse, realizou-se por painéis temáticos, tratando os diferentes temas. Um painel analisou os aspectos operacionais comerciais logísticos atuais, outro a incidência da introdução de técnicas de colaboração na gestão logística, um terceiro, do qual participou a Secretaria-Geral, as tendências em matéria de infra-estrutura regional, um quarto painel, o papel da informação no incremento da eficiência e por último, a introdução da nova tecnologia e as normas de segurança.

Uma observação muito particular e muito específica, que considero vale a pena transmitir nesta ocasião, tem a ver com a importância dada na Conferência, em todo momento, às novas disposições em matéria de segurança introduzidas no comércio internacional pelos Estados Unidos. Como seguramente é de seu conhecimento, em 1º de junho passado entrou em vigor um conjunto de disposições em matéria de segurança, sobretudo no intercâmbio de contêineres, que gerou, inesperadamente, uma análise muito minuciosa de como essas novas normas de segurança incidem nos intercâmbios comerciais. As conclusões identificadas foram bastante importantes, especialmente a respeito da análise dos contêineres sem manipular sua carga interna e o “novo custo” que, sem dúvida, aparecerá em relação aos mesmos.

Qual foi o papel da Secretaria-Geral nesta Conferência? Isto pode ser resumido em duas etapas. Em uma delas, como já disse, expôs em um dos painéis e, na outra, participou de uma reunião de trabalho, para a qual fora convocada.

A exposição no painel tratou da integração de redes e infra-estruturas na América Latina, tendo o grupo expositor sido formado por representantes da CAF, da CEPAL e da OEA. Basicamente, as quatro exposições visaram salientar a importância da facilitação de operações intermodais de distribuição em toda nossa região. Um detalhe muito importante é que foi um painel que recebeu numerosas consultas, houve quase uma hora de perguntas e respostas após as dissertações e, em função do interesse despertado pelas apresentações e pelas conclusões identificadas, assumiu-se um compromisso formal por parte da organização da Conferência de comunicar essas conclusões aos Ministros dos Transporte e do Planejamento de todos os países ali representados.

Quanto à reunião de trabalho, foi convocada pelos organizadores do evento e havia representantes da CAF, da CEPAL, da Cúpula das Américas, da OEA e de ProChile, além da Secretaria-Geral. O objetivo dessa reunião de trabalho foi a apresentação de um projeto, que a organização chamou de projeto FÓRUM.

Houve, também, uma terceira atividade, já fora do programa, uma reunião privada gerada por uma solicitação da organização à Secretaria-Geral, na qual se ofereceu uma visão mais aproximada do projeto anteriormente apresentado, comunicou-se e enfatizou-se, de uma maneira muito firme, a importância de que a Associação Latino-Americana de Integração decidisse participar do projeto que se apresentava. Em geral, esse projeto Fórum de Logística e Comércio Exterior tem como missão desenvolver iniciativas que incrementem a eficiência dos sistemas e processos logísticos e dos canais de atuação de comércio exterior, favorecendo a colaboração entre entidades dos setores vinculados à atividade, além da promoção do relacionamento e do intercâmbio de informações, da identificação de estratégias de gestão, da promoção de instrumentos para facilitar o comércio regional e da geração de produtos e serviços relativos e que, por sua vez, sirvam como canais de integração.

Considero, ainda, que vale salientar que, depois da reunião privada, assumiu-se o compromisso de analisar o projeto e o convite recebido, além de que a participação da Secretaria-Geral neste evento foi financiada pela organização do mesmo, e de que a Sexta Conferência se realizará no próximo ano, na Colômbia.

É tudo, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Agradeço de maneira muito enfática à Secretaria-Geral por este excelente relatório sobre esses dois eventos dos quais participou e ofereço a palavra para comentários à Representação da República Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de saber se poderíamos ter alguma informação adicional, já que o relator – a quem agradecemos a apresentação – assinala que, no que tange às novas disposições em matéria de segurança ao comércio, houve algumas conclusões importantes, que em verdade seria de utilidade que as conhecêssemos, porque estamos frente a um fenômeno diferente, que está afetando todo o comércio regional e parece-me que seria útil ter, pelo menos, um *flash* disso.

PRESIDENTE: Tem a palavra o senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda): Agradeço pela apresentação e concordo com meu colega argentino, é muito importante contar com essas informações. Eu gostaria, ainda, de trazer à tona que esse tema está sendo tratado atualmente no Foro do APEC, de forma muito intensa porque, justamente, um dos membros do Foro é o maior protagonista desse tipo de medidas de segurança associadas ao comércio, de tal forma que seria muito interessante conhecer essas informações.

Se possível, eu gostaria, também, de solicitar que todos nós tivéssemos a apresentação feita pelo delegado da Secretaria na Conferência do ILI, acredito que seria muito interessante.

Há mais duas coisas que eu gostaria de mencionar, Presidente. A primeira é que, segundo a informação que recebemos, no que se refere ao projeto IIRSA, entendo que está

amadurecendo, de forma progressiva, a idéia de que este projeto necessita um marco jurídico institucional, por ser uma iniciativa, uma iniciativa feliz, aliás, originada na Cúpula do ano 2000 em Brasília, e que vai requerer, então, justamente, um guarda-chuva jurídico-institucional e será preciso analisar, no momento devido, que, em verdade, é este, se a opção política é inventar outra coisa, do ponto de vista jurídico-institucional ou usar os instrumentos que temos na região, como, por exemplo, o Tratado de Montevidéu, que nos rege.

Considero, portanto, que esse é um dado muito importante, chave, e que deve ser motivo, então, de uma consideração especial por nossas Chancelarias para que o projeto possa seguir avançando.

Segundo, no que diz respeito à Conferência do ILI, não resta dúvida de que a logística é um suporte fundamental também do comércio eletrônico e, nesse sentido, eu creio que temos de vê-lo de uma maneira sistêmica. Também nesse sentido, por exemplo, o Estudo apresentado hoje sobre a brecha digital tem muito a ver com o que poderíamos chamar também de brecha logística, que se vive, e também de uma brecha logística pura e de uma brecha logística comparada, digamos. Portanto, eu animaria a Secretaria e os técnicos da Secretaria a olharem essas coisas de forma conjunta e sistêmica.

Considero fundamental que se tenha participado dessa reunião, e é preciso seguir tratando esse tema como prioritário. Todos eles estão relacionados: comércio, integração digital, comércio eletrônico, logística do comércio exterior, infra-estrutura, como é o caso do projeto IIRSA. Tudo está interrelacionado e, de alguma forma, creio que foram se juntando as peças e, novamente, o Tratado de Montevidéu é precisamente um enquadramento jurídico-institucional que permite o desenvolvimento de todas estas iniciativas, se o visualizarmos de uma perspectiva de conjunto, integradora, e eu diria, não de longo prazo, mas de curto prazo.

Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Eu que agradeço, senhor Representante.

A Secretaria-Geral vai esclarecer alguns pontos.

SECRETARIA (Hugo Luraschi): Apenas mais um detalhe, muito breve.

Nós temos prevista, no Programa de Atividades, a organização do Segundo Seminário de Operadores Logísticos para este ano. A presença da Secretaria-Geral nesta Conferência serviu, em primeiro lugar, para confirmar a data de realização, o seminário realizar-se-á nos dias 2 e 3 de outubro deste ano, em função das organizações de eventos similares sobre os quais conseguimos obter informação.

Em segundo lugar, permitiu que a Secretaria-Geral se vinculasse com operadores logísticos de seus países-membros e, de alguma maneira, já temos bastantes comprometimentos de operadores logísticos do México, de Cuba, da Colômbia e do Brasil, que se mostraram muito interessados na realização do Seminário e, de certa forma, manifestaram sua intenção de estar presentes nessa data. É tudo, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Agradeço à Secretaria-Geral por este esclarecimento.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Desculpe, Presidente. Eu gostaria de saber se poderíamos ter alguma informação a respeito dos comentários ou das situações analisadas com o tema de segurança e a incidência no tema do comércio.

PRESIDENTE: Não sei se a Secretaria poderia, conforme solicitação do senhor Representante da Argentina, resolver essa questão. Tem a palavra a Secretaria.

SECRETARIA (Hugo Luraschi): Sim, nós podemos acessar todas as intervenções da Conferência em qualquer momento, inclusive estamos aguardando que nos mandem os arquivos correspondentes. O tema da segurança foi tratado praticamente por todos os painéis, então, não foi um tema exclusivo da Conferência, mas que aparecia quando se geravam os intercâmbios de opiniões, houve contribuições muito importantes e informações muito relevantes. Então, o que eu solicitaria neste momento é uma semana de prazo, a fim de concentrar toda a informação e elaborar um relatório exclusivamente sobre esse tema.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Não sei se isso satisfaz a Representação da Argentina.

Tem a palavra o senhor Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto): Obrigado, senhor Presidente.

Primeiro, para agradecer o relatório que nos apresentou o Representante da Secretaria das duas reuniões e, segundo, para pedir uma precisão na elaboração da Ordem do Dia de futuras reuniões. Aqui, de fato, não estamos examinando o relatório da Segunda Reunião do Grupo de Trabalho, mas o relatório sobre a participação da Representação da ALADI nessa reunião. Creio que é uma distinção importante porque esse grupo não é um órgão da ALADI, e não temos o relatório para examinar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado, senhor Embaixador. Creio que é um esclarecimento jurídico muito oportuno e pertinente, que agradecemos.

Se não há outro comentário passamos ao último ponto de nossa agenda.

7. Assuntos Diversos

O último ponto é Assuntos Diversos, para o qual oferecemos a palavra a alguma Representação que possa querer apresentar algum tema.

Se não há comentários, encerra-se a sessão.